

# EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL NO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS: UMA ANÁLISE DO SETOR AGRÍCOLA ENTRE OS ANOS DE 2013 E 2018

Ana Paula C. da S. Mettifogo<sup>1</sup>, Alexandre de S. Corrêa<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD),  
anapcampos07@hotmail.com

<sup>2</sup>Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Docente da Universidade Federal da Grande Dourados  
(UFGD), alexandrecorrea@ufgd.edu.br

## RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar a evolução do crédito rural do setor agrícola no município de Dourados – Mato Grosso do Sul entre o período de 2013 e 2018. Para realização deste estudo, foram utilizados dados de valores monetários de acordo com as finalidades de crédito (custeio, investimento e comercialização) disponíveis na base de dados do sítio do Banco Central do Brasil. A partir de uma análise descritiva, constatou-se que durante o período estudado, o volume de crédito disponibilizado apresentou crescimento, com destaque para elevados níveis na modalidade de crédito para investimentos a partir do ano de 2016, o que se pode considerar como um novo ciclo de investimentos de bens duráveis, como edificações, máquinas e implementos agrícolas, que devem repercutir em maior produtividade nos próximos anos.

**Palavras-chave:** Crédito rural. Agronegócio. Produção Agrícola.

## ABSTRACT

This article aimed to analyze the evolution of rural credit in the agricultural sector in the municipality of Dourados - Mato Grosso do Sul between the period of 2013 and 2018. To carry out this study, data on monetary values were used according to the purposes of credit (costing, investment and marketing) available in the database of the Central Bank of Brazil website. From a descriptive analysis, it was found that during the studied period, the volume of available credit showed growth, with emphasis on high levels in the investment credit modality from 2016, which can be considered as a new investment cycle of durable goods, such as buildings, machinery and agricultural implements, which should have an impact on greater productivity in the coming years.

**Keywords:** Rural credit. Agribusiness. Agricultural production.

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico e social de um país, estado ou município depende de vários fatores, como nível de renda, alta taxa de escolaridade, baixa taxa de pobreza, etc. No entanto, um dos elementos que caracteriza e contribui para esse desenvolvimento, em especial no fornecimento de alimentos é o crédito rural, que tem como objetivo estimular os investimentos no setor rural, com o intuito de aumentar a oferta de alimentos e melhorar a qualidade de vida da população, bem como adequar melhores formas de utilização dos recursos naturais para que se tenha menor impacto possível no meio ambiente.

De acordo com o Banco Central do Brasil (BACEN), o crédito rural é um financiamento destinado para produtores rurais e cooperativas ou associações de produtores rurais, tendo como objetivo estimular os investimentos e ajudar no custeio da produção e comercialização de produtos agropecuários. Para fazer uso do crédito, o tomador deve apresentar projeto, plano ou orçamento detalhados que justifique a solicitação do valor pretendido.

No Brasil, o crédito rural é fundamental para o desenvolvimento da agropecuária e para o crescimento da economia do país, sendo regido por normas que fiscalizam suas fontes de

recursos e sua aplicação. Assim, o Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão superior do Sistema Financeiro Nacional (SFN), tem significativa importância em relação à regulamentação e fiscalização de políticas de crédito rural para o país.

Para que o setor agrícola possa arcar com gastos de produção e modernização de equipamentos para aumentar sua produtividade e competitividade, o crédito rural se torna uma das principais políticas de apoio, além de poder reduzir os riscos e incertezas que podem afetar a rentabilidade do produtor rural. No entanto, muitos destes produtores, possuem dificuldades para adquirir tal crédito, como pouca informação, conhecimento dos procedimentos, pouca mobilidade do Estado em ampliar o crédito para todos, entre outros (RAMOS; MARTHA JUNIOR, 2010).

Tais aspectos refletem no município de Dourados, pois além de ser o segundo maior município do estado de Mato Grosso do Sul em termos de Produto Interno Bruto (PIB) e populacional é também o município polo do agronegócio de sua microrregião. Logo, o papel do crédito rural no município, servindo como um ferramental para modernização, produtividade, apoio ao pequeno produtor etc, implica em estimular a atividade agropecuária no município, contribuindo para geração de novos empreendimentos e estruturas produtivas e, conseqüentemente, com a geração de emprego e renda (APROSOJA, 2017).

Neste contexto, a importância da agricultura na economia do município de Dourados e de sua dependência de instrumentos que forneçam recursos de capital para exploração das atividades agrícolas, definiu-se como problema de pesquisa compreender como foi a evolução do crédito rural no setor agrícola do município de Dourados no período de 2013 a 2018, comparando-a no âmbito nacional e estadual.

O presente trabalho baseia-se em estudos relacionados a temática, como o estudo feito por Fagundes (2017) no estado do Rio Grande do Sul, que analisou a evolução do crédito rural de forma geral e setorial e o estudo de Machado (2017) que analisou a relação do crédito rural e do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário no estado de Mato Grosso do Sul. Logo, este trabalho aborda o tema voltado especificamente para o município de Dourados.

Portanto, compreender o papel das políticas de crédito rural no Brasil e seus efeitos no município de Dourados, se torna fundamental, dado o perfil produtivo agropecuário do município. Nesse sentido, o trabalho propõe contribuir com a caracterização do crédito agrícola em Dourados, este como instrumento para promover o crescimento econômico e possivelmente seu desenvolvimento, com a melhora no bem-estar social da população.

## **2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **2.1 A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO RURAL**

Historicamente, o crédito rural no Brasil iniciou-se a partir da criação da primeira Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) em 1937 pelo Banco do Brasil S.A com o objetivo de fornecer crédito diferenciado aos setores primários, adequando taxas e prazos de acordo com cada atividade. Sua duração ocorreu entre os anos de 1937 e 1965, entretanto os recursos não foram o bastante para alavancar o setor agrícola (BACHA; DANELON; DEL BEL FILHO, 2006).

Em 1965, com o artigo 7º da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) tornou-se o principal instrumento da política agrícola brasileira de apoio ao setor. Após a criação do SNCR, foram estabelecidas normas jurídicas para formalizar empréstimos de recursos que eram alocados por setores de produção, tais como produtos primários que engloba as atividades relacionadas a agropecuária, extração vegetal, mineral e animal (BACEN, 2018).

De acordo com Bacha; Danelon; Del Bel Filho (2006) e Arbage (2012), após um período de sucesso do crédito rural em 1970, houve uma grande recessão devido à crise financeira que afetou o país na década seguinte, pois até o final da década de 1970 o crédito rural era considerado o único eficaz, passando a ser visto como a própria política agrícola do Brasil. Com a crise da dívida externa no país em 1980, o Estado não conseguiu continuar como principal supridor de recursos de crédito rural.

Para Oliveira (1995), o principal aspecto desta crise foi evidenciado pela dívida pública federal, que representava 19,5% dos haveres financeiros totais em 1980. Em 1987 esse valor alcançou a marca de 54,2%, obrigando as autoridades monetárias a restringir seus gastos.

Na década de 1990, o apoio ao setor continuou sendo reduzido e diante do esgotamento das fontes oficiais de crédito, foram criadas algumas modalidades alternativas, visando aumentar a participação de agentes privados no financiamento de atividades do setor agrícola e pecuário. Em 1994, foi criada a Cédula Produtor Rural (CPR) e títulos de créditos específicos para o agronegócio, além de uma série de programas de investimento com objetivo de melhorar a infraestrutura produtiva dos agricultores e cooperativas (RAMOS; MARTHA JUNIOR, 2010).

A CPR é explicada no Manual do Crédito Rural (MCR)<sup>1</sup> como forma de regulamentar e incentivar o produtor rural para obter recursos para sua produção, da qual, uma parte deverá ser entregue em pagamento no momento da colheita e a outra parte será o seu ganho. Para isso, uma instituição financeira pode adquirir a CPR e antecipar os recursos ao produtor ou a cooperativa, que se compromete a resgatar financeiramente a cédula no seu respectivo vencimento.

Segundo Bacha; Danelon; Del Bel Filho (2006) com a criação de novas linhas de crédito para investimento, nos anos que se seguiram, foi possível ter continuidade no processo de reestruturação dos programas de investimentos. No entanto, cabe destacar que as mudanças políticas e econômicas internas e externas, tendem a afetar o setor agrícola, uma vez que, com o mercado global e competitivo, o setor de pequenos, médios e grandes produtores necessitam de maiores recursos para atender as exigências do mercado. Nesse sentido, o crédito rural agrícola é fundamental para dar suporte ao desenvolvimento do setor agropecuário, que é uma das principais bases da economia brasileira e depende de financiamentos para produção, expansão e comercialização de seus produtos.

Conforme Ramos e Martha Junior (2010), ocorreram grandes mudanças no que se refere a fontes de recursos para o setor agrícola. Desde a implementação do Plano Real em 1994, como forma de estabilização monetária, além de que as exigibilidades bancárias obtiveram importância crescente e simultaneamente a participação do governo foi minimizada.

No entanto, Bacha; Danelon; Del Bel Filho (2006) salienta a importância da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, com o objetivo de direcionar recursos para pequenos agricultores. A intenção do governo era a de corrigir a tendência em favor de grandes e médios produtores que o crédito rural estava apresentando.

Enquanto o Estado voltou a direcionar recursos para pequenos produtores por meio do PRONAF, a CPR permitiu estimular o setor privado como fonte de financiamento das atividades agropecuárias. Assim, o PRONAF e a CPR constituíram em grandes avanços para o setor, tornando-os instrumentos fundamentais para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico do país (RAMOS; MARTHA JUNIOR, 2010).

O crédito rural, objeto de estudo deste trabalho, é dividido em duas atividades: agrícola e pecuária. No Quadro 01 são apresentadas as principais finalidades do crédito rural em suprimento de recursos financeiros pelas instituições que compõem o Sistema Nacional de

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural/>/MICRRURAL/>

Crédito Rural (SNCR), conforme informações extraídas do Manual do Crédito Rural (BACEN, 2018).

**Quadro 1 – Crédito Rural no Brasil: Finalidades, Recursos e Beneficiários**

<b>Finalidades</b>	<b>Recursos Destinados</b>	<b>Beneficiários</b>
Estimular investimentos rurais para produção, armazenamento e industrialização dos produtos agropecuários.	Custeio, que é destinado a cobrir as despesas normais dos ciclos de produção.	Produtor Rural (pessoa física ou jurídica).
Favorecer o custeio da produção e comercialização.	Investimento, destinado a aplicações em bens ou serviços onde o retorno seja estendido por vários períodos de produção.	Cooperativas de produtores rurais.
Fortalecimento do setor rural.	Comercialização, destinado a cobrir despesas posteriores a coleta ou conversão em espécie dos títulos provenientes da venda a prazo da produção.	

Fonte: BACEN, 2018.

Segundo Batalha (2009), dentre os instrumentos de política agrícola, durante muitos anos o crédito rural foi o principal, sendo destinado para compras de insumos ou equipamentos, exclusivamente com intuito de modernizar a agricultura brasileira e assim estimular a produção nacional. A dependência em relação à natureza, por parte do setor agrícola, faz com que seja imprescindível a existência de políticas agrícolas no agronegócio, onde o crédito rural faz parte, pois a climatologia impõe as decisões a serem tomadas pelos produtores, principalmente decisões relacionadas a investimentos que precisam ser feitos.

Além desses aspectos, existe a sazonalidade enfrentada pelo setor, os ciclos biológicos das plantas, ocorrências de doenças e pragas além da rápida perecibilidade dos produtos agrícolas. Mesmo que o setor tenha forte sazonalidade e dependa de condições do clima, os avanços tecnológicos e o intenso uso de capital na atividade agrícola permitem reduzir esses efeitos, como por exemplo, desenvolvendo novas espécies de plantas e animais adaptados a um ambiente modificado, além de técnicas de irrigação, estufas e iluminação artificial (BATALHA, 2009).

Em estudo realizado por Guimarães (2014), o estímulo da produção agrícola por meio do crédito rural é fundamental para desenvolver o setor do agronegócio, além de possibilitar a redução da pobreza nas regiões rurais, e/ou aumentar o produto agregado do país. No Brasil, isso ocorre através da divisão de vertentes da linha de crédito, sendo elas as de custeio, investimento e comercialização, conforme as normas e condições estabelecidas pelo Banco Central (BACEN) através do MCR.

Guimarães (2014), ainda conclui que o benefício do crédito rural é fundamentado teoricamente, através da possibilidade de crescimento tecnológico e da compra de insumos e equipamentos. Logo, é possível uma melhoria na qualidade de vida, especialmente para produtores de pequeno porte, servindo de incentivo para os governos investirem nesse tipo de pesquisa.

Mello (2016) em sua pesquisa, concluiu que o volume financeiro de crédito para custeio e investimento são significativos para a produtividade financeira nos municípios do país, devido a produtividade na economia ser entendida como a relação entre produto agregado e os insumos que são utilizados na produção e, além disso, a dinâmica do crédito vem se espalhando ao longo do tempo.

Fagundes (2017), buscando compreender a política agrícola e sua importância, concluiu que a existência dessas políticas voltadas para o setor agrícola é essencial para o seu desenvolvimento, visto que o agronegócio tem suas particularidades que precisam ser atendidas de forma diferente, e o crédito rural ainda auxilia o produtor quando há a necessidade de

recursos financeiros para manter ou impulsionar seus negócios. Também analisou as linhas de crédito rural por setor e finalidade, e entendeu-se que o setor agrícola tem maior disponibilidade de crédito, devido ser um setor que demanda muito capital, sendo o custeio a linha que tem maior disponibilidade de crédito.

Por fim, Fagundes (2017) comparou a evolução do crédito rural pecuário e agrícola no estado do Rio Grande do Sul e percebeu que nos dois setores, houve crescimento em relação ao volume de crédito no período de 2006 a 2014, e houve queda no período recente em conjunto com a economia do país, sendo esse resultado o fruto da retração econômica que se estendeu no período até 2016.

No estado do Mato Grosso do Sul, Machado (2017) fez uma análise entre o crédito rural e o PIB agropecuário com tendência de evolução conjunta e positiva com o PIB, e a partir de sua pesquisa concluiu que o crédito rural é uma ferramenta fundamental para o crescimento do setor agropecuário. No período analisado, observou-se que o custo dos empréstimos aumenta de acordo com as características do mercado de crédito rural e dificulta o investimento direto na economia, podendo afetar pequenos agricultores, dado que a produção agropecuária estaria sendo guiada por expectativas de retorno dos credores.

## 2.2 TIPOS DE CRÉDITO RURAL

No Brasil, a produção rural de plantio e colheita é a grande responsável por incentivar a produção no agronegócio, pois tem forte participação na composição do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo dados do Centro de Estudos em Economia Aplicada (CEPEA, 2019), em 2018 o agronegócio participa com 23% a 24% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar do estado de Mato Grosso do Sul (SEMAGRO), o agronegócio corresponde cerca de 30% do PIB do estado, sendo considerado o motor do crescimento da economia sul-mato-grossense. Em 2018 o estado de MS foi o 5º maior produtor de grãos do país e participou com 2,4% do PIB total (MATO GROSSO DO SUL, 2018).

Nesse sentido, a política de crédito rural se torna fundamental para a produção agropecuária do estado e para o contínuo crescimento do agronegócio. A atividade rural depende de diversos investimentos financeiros que são necessários, como a compra de insumos, manutenção de equipamentos, correção de solo, funcionários e demais despesas relacionadas à lavoura e cultivo. Como o retorno dos ciclos produtivos não é imediato, os produtores apostam no crédito rural para garantir que suas atividades de rotina sejam custeadas, e que possam comercializar seus produtos e também investir na expansão e crescimento dos negócios da produção rural (OLIVEIRA; OLIVEIRA; PAULI, 2018).

Para atender estes aspectos, o Manual de Crédito Rural (MCR) institui regras, finalidades e condições seguindo as normas que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Assim, existem três modalidades de crédito rural categorizadas pelo Banco Central do Brasil que o produtor pode pleitear, a saber<sup>2</sup>:

*i) O crédito para Custeio:* é classificado considerando o item a ser financiado (Agrícola ou Pecuária) e também a qual finalidade se destina (custeio, investimento ou comercialização). O custeio possui como finalidade cobrir as despesas do ciclo produtivo da lavoura, da entressafra de lavouras permanentes e das despesas de exploração da pecuária. Os beneficiários são os produtores rurais e suas cooperativas, tendo em vista que o montante de crédito de custeio ocorre de forma sazonal em cada safra.

Lopes, Lowery e Peroba (2016), destacam que nas últimas décadas o custeio de produção foi a modalidade mais utilizada pela política do crédito do rural. Este tipo de crédito, contribuiu

---

<sup>2</sup> Conforme Banco Central do Brasil – BACEN (2018).

para que produtores conseguissem realizar pagamentos relacionados à produção agrícola e pecuária, como preparação de solo, plantio e colheita, bem como insumos agrícolas, como fertilizantes e sementes.

*ii) O crédito para Investimento:* é voltado para o crescimento e aumento da produção e competitividade do produtor, cujo o valor é destinado para investimentos fixos e semifixos. Os fixos seriam as reformas e benfeitorias nas instalações, aquisição de maquinários e equipamentos de longa duração, obras de irrigação, formação das lavouras, correção de solo, etc. Os semifixos seriam as aquisições de animais, equipamentos de duração menor (inferior a 5 anos) aquisição de colheitadeiras, tratores e medições de lavoura.

Apoiado em Santana e Nascimento (2012 apud LOPES; LOWERY; PEROBA, 2016) apontam que nos últimos anos o crédito rural para investimentos aumentou, refletindo no desejo do Estado de financiar investimentos de longo prazo em complexos de produção agropecuária com intuito de melhorar a produtividade agrícola e pecuária do país. O investimento também reflete em novos sistemas produtivos sustentáveis, permitindo que novas práticas produtivas possam promover o desenvolvimento sustentável.

*iii) O crédito para Comercialização:* tem por objetivo garantir ao produtor e suas cooperativas recursos e condições de forma satisfatória à comercialização dos seus produtos no mercado. Ele é formado pelo crédito de pré-comercialização; empréstimos à cooperativas para adiantamento aos cooperados; Empréstimos do Governo Federal (EGF); Linha Especial de Crédito (LEC) ao amparo de recursos obrigatórios; linhas de crédito ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ); e o financiamento de proteção de preços ou prêmios de risco de equalização de preços.

No trabalho de Oliveira, Oliveira e Pauli (2018) foi constatado que este tipo de segmento é mais utilizado por grandes produtores, empresas e cooperativas ligadas ao setor do agronegócio. A utilização deste recurso tem por finalidade melhorar as condições de comercialização dos produtos agropecuários, permitindo o armazenamento e conservação dos produtos, gerando assim, maior valorização do produto e aceitação dos mercados interno e externo.

Para a solicitação das três modalidades de crédito rural supracitadas, é necessário a formalização através de projetos e orçamentos. Além disso, a aquisição do crédito rural contempla a oferta de garantias por parte do produtor, que são definidas junto à instituição fornecedora. Essas garantias variam entre alienação fiduciária, penhor agrícola, hipotecas e seguros, dependendo da instituição, e também tem de estar em conformidade com as regras do Conselho Monetário Nacional. O crédito pode ser solicitado junto as instituições financeiras, como bancos e cooperativas de créditos normalizadas pelo SNCR (BACEN, 2018).

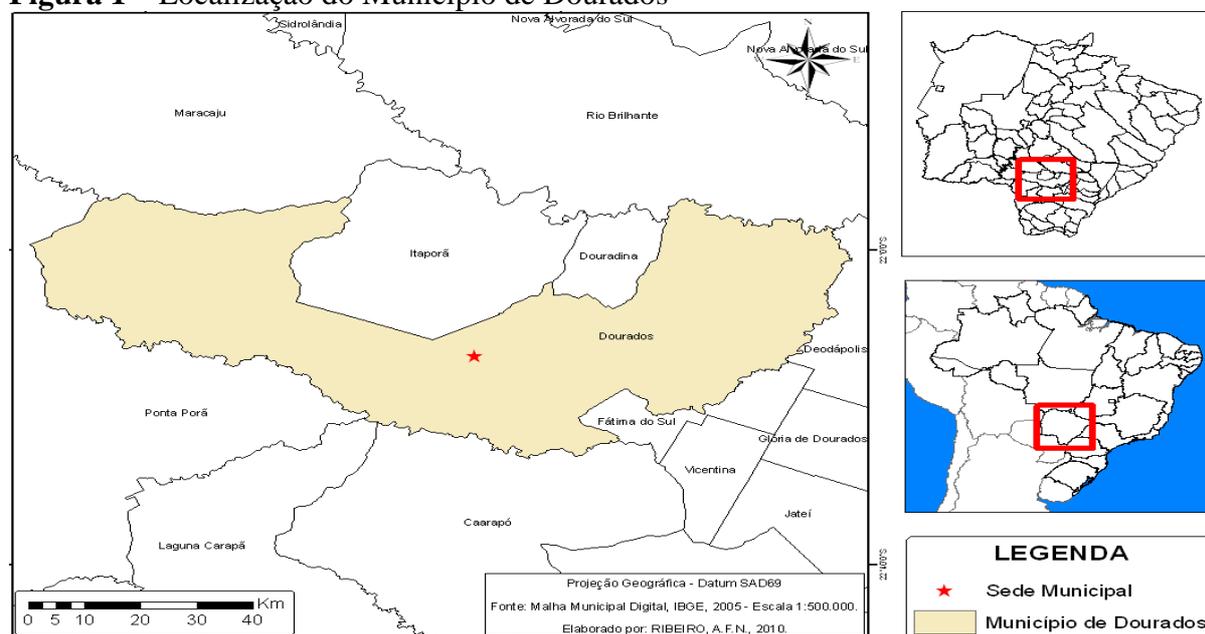
A partir dos conceitos compreendidos neste item, este trabalho analisou o comportamento do crédito rural no município de Dourados, considerando as três modalidades: Custeio, Investimento e Comercialização. Com base neste diagnóstico, foi possível relacionar a dinâmica do crédito rural com os aspectos conceituais que envolvem a importância do fortalecimento de estruturas produtivas do setor agropecuário para o crescimento e desenvolvimento econômico de Dourados.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A área de estudo é o município de Dourados, que fica localizado na Região Centro-Sul do estado de Mato Grosso do Sul, como pode ser observado na Figura 1. Atualmente Dourados tem um território que abrange uma área de 4.086,2 km<sup>2</sup>. Segundo dados do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 a população de Dourados foi de 196.035 pessoas, dos quais aproximadamente 8,30% viviam em áreas rurais.

Para o ano de 2020 o Instituto estimou uma população total de 225.495 habitantes (IBGE, 2010, 2020).

**Figura 1** – Localização do Município de Dourados



Fonte: CORRÊA, 2010.

Por meio do método descritivo, o estudo buscou descrever a evolução do crédito rural no município de Dourados, com análise específica sobre o setor agrícola e conjuntural pelo âmbito nacional e estadual. Os dados foram coletados de fontes secundárias, de instituições com base de dados disponíveis em seus sítios. Entre as principais fontes, estão o Banco Central do Brasil (BACEN), que disponibiliza dados sobre o crédito rural nos municípios brasileiros.

O BACEN tem disponível dados dos anos de 2013 a 2018, devido a isso, o estudo se limitou ao período disponível. Também foram coletadas informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Produção Agrícola Municipal (PAM) para descrever o perfil da atividade agrícola do município de Dourados. Após a coleta das informações, os dados obtidos foram analisados e interpretados por critério de categorização semântica, onde os temas que foram associados aos objetivos do trabalho foram agrupados em categorias.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na sequência são apresentados e discutidos, através da estatística descritiva, os resultados referentes à análise da evolução do crédito rural agrícola no município de Dourados entre o período de 2013 a 2018, demonstrando através dos gráficos o volume, números e percentuais de contratos do período estudado e suas finalidades: do custeio, do investimento e da comercialização.

A Tabela 1 apresenta a soma dos valores totais de contratos agrícolas que foram disponibilizados aos tomadores/produtores no Brasil, no Mato Grosso do Sul (MS) e em Dourados na modalidade de *Crédito de Custeio*. Em 2018, o estado de Mato Grosso do Sul representou 7,10% e Dourados 0,31% do valor total adquirido no Brasil.

**Tabela 1** - Evolução do Crédito Rural Agrícola para Custeio – Brasil, Mato Grosso do Sul e Dourados, em R\$ (2013-2018)

Ano	Brasil	Mato Grosso do Sul	Dourados
<b>2013</b>	73.658.792.046,67	2.370.910.705,29	176.992.880,85
<b>2014</b>	87.172.800.820,96	2.849.913.824,98	211.093.471,00
<b>2015</b>	90.691.854.189,86	3.012.169.890,14	207.430.825,74
<b>2016</b>	93.480.872.203,17	3.480.026.189,81	230.227.743,07
<b>2017</b>	95.424.021.702,11	3.771.301.680,42	266.896.582,93
<b>2018</b>	97.971.031.314,40	4.156.844.805,92	299.555.905,65

Fonte: Adaptado de BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN, 2018.

No Brasil, o maior aumento na aquisição de *Crédito de Custeio* foi do ano de 2013 para 2014, com aumento de cerca de 18,35%, sendo que nos demais anos continuou crescente, porém em menor proporção, com média de 2,96% entre 2015 e 2018. O crescimento total do ano de 2013 para 2018 foi de 33,01%. No Mato Grosso do Sul os valores subiram gradativamente, de 2013 até 2018 o crescimento total no período foi 75,33% a mais do crédito adquirido para essa modalidade. Em Dourados observou-se que teve um aumento de 19,27% do ano de 2013 para 2014 e logo no ano seguinte houve uma redução na contratação do crédito para a modalidade, em torno de (-1,74%).

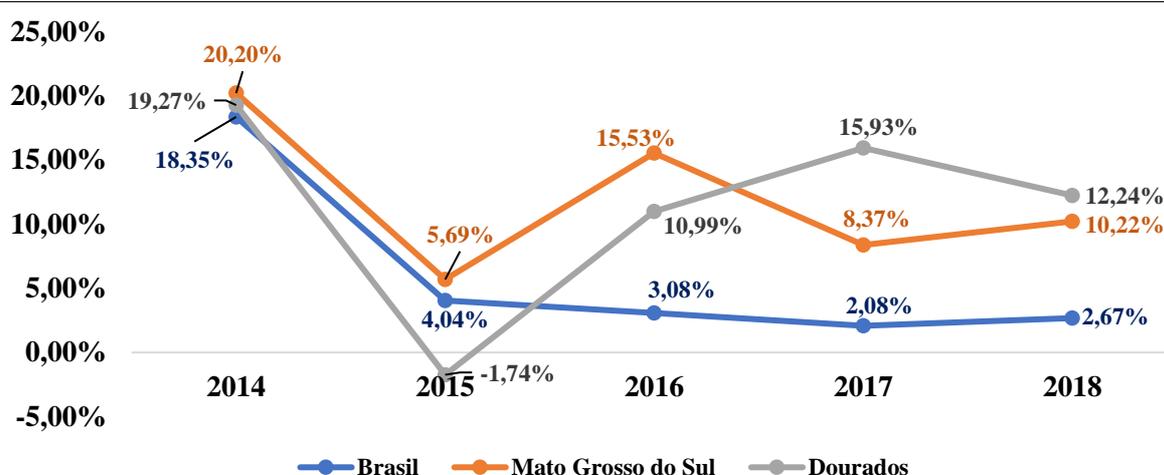
De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2015), para os anos de 2015/2016 foi anunciado no Plano Agrícola e Pecuário - PAP (Plano Safra) um aumento de 20,00% na disponibilidade do valor de crédito para o produtor rural. Ao mesmo tempo que ocorreu um aumento na taxa de juros de aquisição de crédito rural, passando da taxa média anual de 6,50% do ano anterior para uma taxa média anual de 8,50% para os empréstimos rurais de qualquer modalidade. Tal medida se fez necessária devido à implantação do ajuste fiscal que ocorreu em 2015, como uma forma do país voltar a obter melhores resultados de crescimento econômico.

De acordo com Ocnor Filho (2017), a partir do ano de 2015, devido à crise de liquidez e a oscilação nos mercados, as políticas de créditos foram fortemente comprometidas como um todo, afetando os agentes econômicos, em especial os voltados à agricultura. Mesmo assim, o crédito para Custeio que é utilizado para despesas como melhoria no plantio, compra de insumos, defensivos, fertilizantes, sementes, agroquímicos entre outros, aumentou nos últimos anos. Em Dourados os três produtos mais mencionados nos contratos de custeio nesse período foram soja, milho e cana de açúcar<sup>3</sup>.

No Gráfico 1 é mostrado em percentuais a evolução do crédito agrícola na modalidade de custeio. É possível observar que no ano de 2015 a diminuição do crédito foi bem significativa em todo o Brasil. Em 2016, os valores voltaram a subir, em Dourados o aumento do período de 2015 para 2017 foi de 28,20%.

<sup>3</sup> Segundo dados do Banco Central do Brasil (2019).

**Gráfico 1** – Taxa de Crescimento do Crédito Rural Agrícola para Custeio – Brasil (BR), Mato Grosso do Sul (MS) e Dourados - em % (2014-2018)



Fonte: Adaptado de BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN, 2018.

A redução do crédito de 2015 correspondeu com a redução de área plantada, principalmente em Dourados (-6,02%), enquanto Mato Grosso do Sul e Brasil apresentaram crescimento de área plantada de 4,23% e 0,89%, respectivamente<sup>4</sup>. Percebe-se, no entanto, que a taxa média de crescimento de *Crédito para Custeio* no município de Dourados foi maior que as taxas nacionais e estaduais. Entre os anos de 2014 e 2018, Dourados apresentou uma taxa média de 11,34%, enquanto Mato Grosso do Sul 10,92% e Brasil 6,04%.

Para a modalidade de *Crédito para Investimento*, a situação se difere, pela Tabela 2 é possível observar a evolução na modalidade de investimento, em que o MS representou em 2018, 5,88%, e Dourados 0,80% do valor total de contratos adquiridos. Entre 2013 e 2018, o crédito para essa modalidade teve algumas oscilações, sendo que entre 2016 e 2017 houve um aumento relevante no município de Dourados.

Em 2017, os produtos para os quais o maior volume do crédito foi destinado no município, estão categorizados como ocultos no sítio do Banco Central do Brasil (BACEN), não sendo possível afirmar os fatores que impulsionaram tal aumento. Já em 2018, a maior parte do crédito adquirido foi para construção e reforma de edificações rurais, terraços, porteiros, mata-burros, currais, cochos, cercas e aquisição de maquinários.

**Tabela 2** – Evolução do Crédito Rural Agrícola para Investimento – Brasil, Mato Grosso do Sul e Dourados, em R\$ (2013-2018)

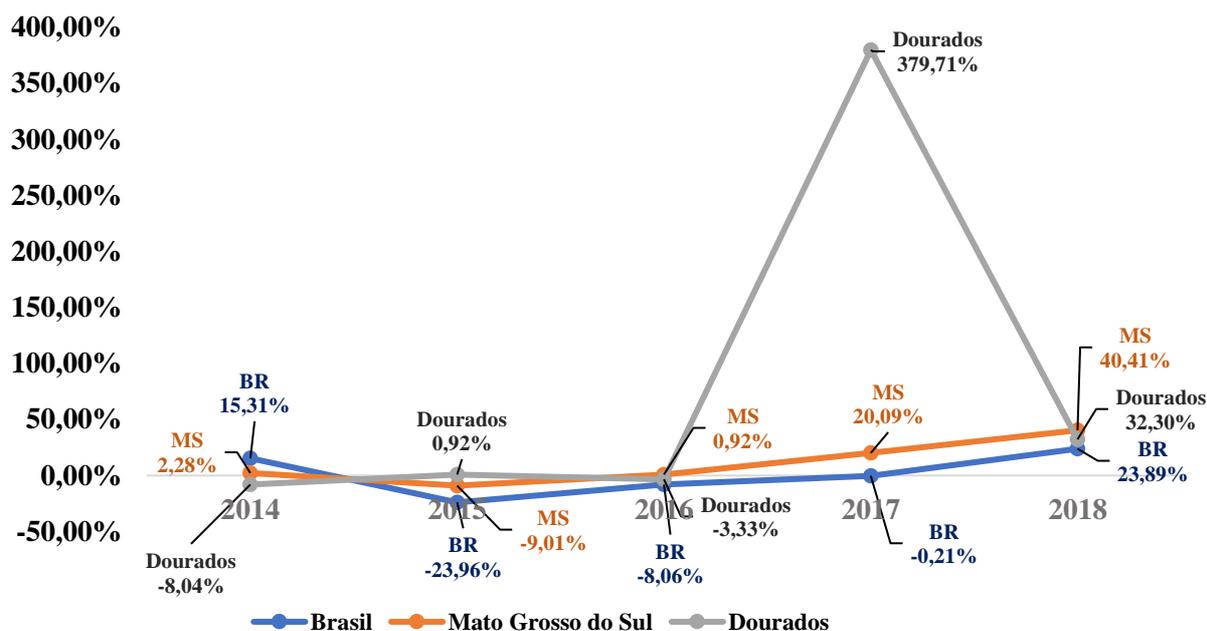
Ano	Brasil	Mato Grosso do Sul	Dourados
2013	45.751.530.643,24	1.165.640.617,99	64.346.770,27
2014	52.754.415.449,96	1.192.173.724,53	59.172.446,40
2015	40.113.940.639,67	1.084.808.408,52	59.719.485,45
2016	36.881.867.048,07	1.094.835.043,40	57.731.381,50
2017	36.802.822.470,13	1.314.746.857,43	276.945.145,00
2018	45.594.094.243,56	1.845.976.593,54	366.396.181,05

Fonte: Adaptado de BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN, 2018.

<sup>4</sup> Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2018).

De acordo com o Plano Agrícola Pecuário – PAP 2017/2018, que foi publicado no início de 2017, houve um aumento de 24,30% em relação a 2016 na disponibilidade de valores destinados a aquisição de crédito para Custeio, Investimento e Comercialização. Além disso, a taxa de juros média definida para esses empréstimos teve uma redução de dois pontos percentuais ao ano. Dessa forma atraiu mais os produtores a adquirirem *crédito para investimento*, o que pode explicar a aparente mudança de patamar na modalidade de investimentos verificada em Dourados (Gráfico 2).

**Gráfico 2** – Taxa de Crescimento do Crédito Rural Agrícola para Investimento – Brasil (BR), Mato Grosso do Sul (MS) e Dourados - em % (2014-2018)



Fonte: Adaptado de BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN, 2018.

Pela análise geral do *Crédito para Investimento*, é a partir de 2017 que se percebe o pico no município de Dourados, representando um aumento de 379,71% comparado ao ano anterior. No MS esse aumento foi de 20,09% e no Brasil houve uma redução de (-0,21%), mas ainda assim, no âmbito nacional o resultado foi melhor que nos últimos dois anos. Importante destacar que o pico de investimento no município de Dourados em termos monetários foi de R\$57,7 milhões em 2016 para R\$276,9 milhões em 2017<sup>5</sup>.

Para a modalidade de *Crédito para Comercialização*, pode-se observar na Tabela 3 que os valores tiveram poucas variações no decorrer do período analisado. A participação de Mato Grosso do Sul e de Dourados no âmbito nacional permaneceu estável, pois em 2013 o MS apresentou 2,47% e Dourados 0,21%; enquanto que em 2018 o MS apresentou 2,39% e Dourados 0,20% do valor total de contratos no Brasil.

<sup>5</sup>Nos dados extraídos da Matriz de Dados do Crédito Rural do BACEN (2018) os contratos que tiveram maiores aquisições na modalidade investimentos, estavam categorizados como ocultos.

**Tabela 3** - Evolução do Crédito Rural Agrícola para Comercialização – Brasil, Mato Grosso do Sul e Dourados, em R\$ (2013-2018)

Ano	Brasil	Mato Grosso do Sul	Dourados
<b>2013</b>	19.989.530.489,37	492.654.730,68	41.756.641,44
<b>2014</b>	24.474.166.020,70	534.773.189,69	44.363.176,80
<b>2015</b>	23.334.312.463,42	615.781.737,65	50.584.669,56
<b>2016</b>	24.759.142.751,00	406.760.135,78	49.852.146,47
<b>2017</b>	26.647.897.758,93	815.055.290,43	61.341.738,62
<b>2018</b>	29.636.123.943,10	684.991.207,80	60.578.252,34

Fonte: Adaptado de BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN, 2018.

O *Crédito para Comercialização* é destinado para o produtor investir na distribuição e armazenamento do seu produto. Nos dados coletados, os produtos em destaque para o município de Dourados foram soja, milho e arroz (BACEN, 2018). No entanto, pela Tabela 4 é possível verificar que da mesma forma que o *Crédito para Comercialização* reduziu entre 2015 e 2016, a produção dos principais produtos agrícolas de Dourados também reduziu, com exceção da soja que teve um crescimento de 15,13%, cuja produção é a principal do agronegócio sul-mato-grossense, as produções de arroz e milho reduziram em (-71,43%) e (-50,92%), respectivamente.

**Tabela 4** – Produção Agrícola Municipal de Dourados (principais produtos) – em Toneladas (2013-2018)

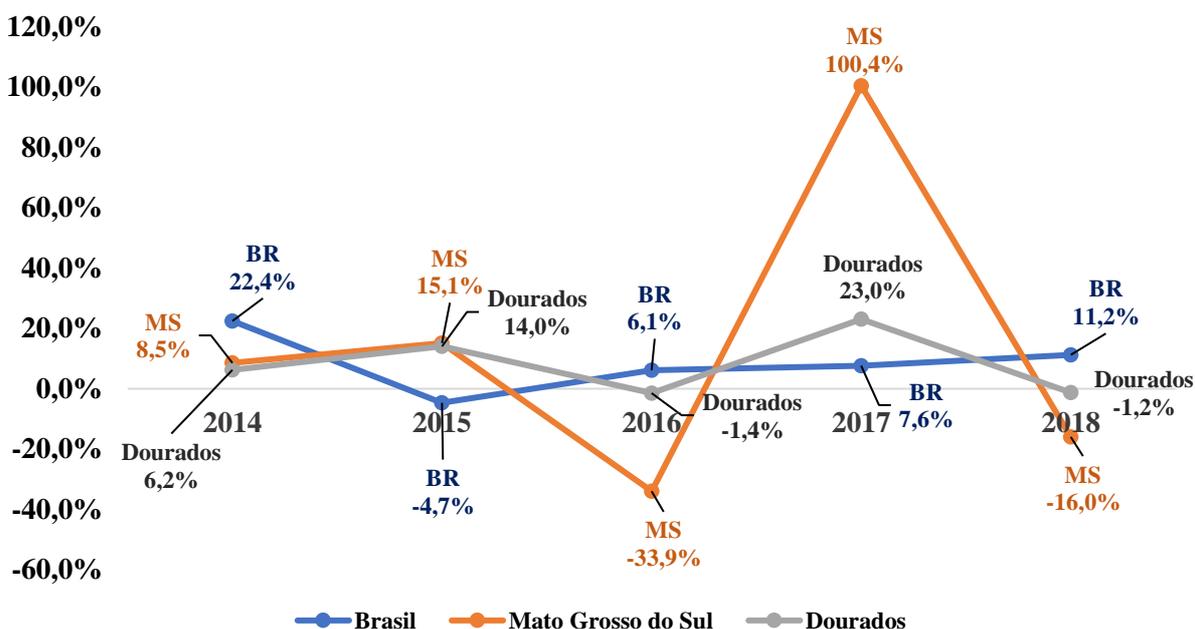
Produção	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Arroz</b>	10.500	9.750	10.500	3.000	7.200	7.000
<b>Milho</b>	650.047	650.600	733.530	360.000	783.000	562.165
<b>Soja</b>	390.000	432.000	450.000	518.100	575.700	612.000

Fonte: IBGE, 2018.

Fagundes (2017), em seu estudo sobre a evolução do crédito rural agrícola e pecuário no Rio Grande do Sul entre os anos de 2006 e 2016, concluiu que até o período de 2014 os valores estavam crescentes e que entre 2015 e 2016 houve uma redução de (-20,85%) dos valores contratados no estado. O autor destaca que esta diminuição ocorreu juntamente com a economia geral do Brasil devido à retração econômica, que afetou o país nessa época, por instabilidades econômicas e políticas.

No Gráfico 3, observa-se o percentual da evolução do crédito para a finalidade de comercialização, e assim como nas modalidades anteriores, o ano de 2015 também teve diminuição devido as políticas de ajuste fiscal e monetários da época, que acarretaram num aumento dos juros do crédito rural. Esse valor voltou a aumentar no ano de 2017 quando o PAP 2017/2018 foi publicado e anunciou uma redução dos juros e aumento dos valores disponíveis para aquisição de créditos para as modalidades já mencionadas, com intuito de alavancar novos investimentos para o setor agropecuário brasileiro (OCNER FILHO, 2017).

**Gráfico 3** – Taxa de Crescimento do Crédito Rural Agrícola para Comercialização – Brasil (BR), Mato Grosso do Sul (MS) e Dourados - em % (2014-2018)



Fonte: Adaptado de BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN, 2018.

Pelo Gráfico 3 é possível verificar que *Crédito para Comercialização* oscila durante os anos, principalmente no âmbito estadual. No âmbito local, a partir de 2015 a taxa de crescimento para comercialização foi crescente. Nunes (2007 apud FAGUNDES, 2017) salienta que o *Crédito para Comercialização* pode ser constituído pela preferência que o Governo estabelece para contratos maiores, priorizando médios e grandes produtores, agroindústrias e cooperativa, o que pode ocasionar oscilações ou baixas taxas de crescimento desta modalidade.

Na Tabela 5 estão dispostos o valor total de crédito rural do setor agrícola no período de seis anos, em que o MS representou em 2018 3,20% e Dourados 0,27% do valor total adquirido no Brasil. Nota-se que no ano de 2015 houve queda nos valores das três modalidades analisadas observando o total do país. Do ano de 2014 para 2015 no Brasil essa redução foi de (- 6,20%).

**Tabela 5** – Evolução do Crédito Rural Agrícola Total – Brasil, Mato Grosso do Sul e Dourados, em R\$ (2013-2018)

Ano	Brasil	Mato Grosso do Sul	Dourados
2013	139.399.853.179,28	4.029.206.053,96	331.384.125,11
2014	164.401.382.291,62	4.576.860.739,20	354.627.204,19
2015	154.140.107.292,95	4.712.760.036,31	352.339.710,48
2016	158.845.404.933,64	5.020.121.368,99	385.590.409,06
2017	164.745.918.555,17	5.943.893.328,28	668.563.431,92
2018	180.502.519.258,51	6.739.854.750,81	752.982.999,49

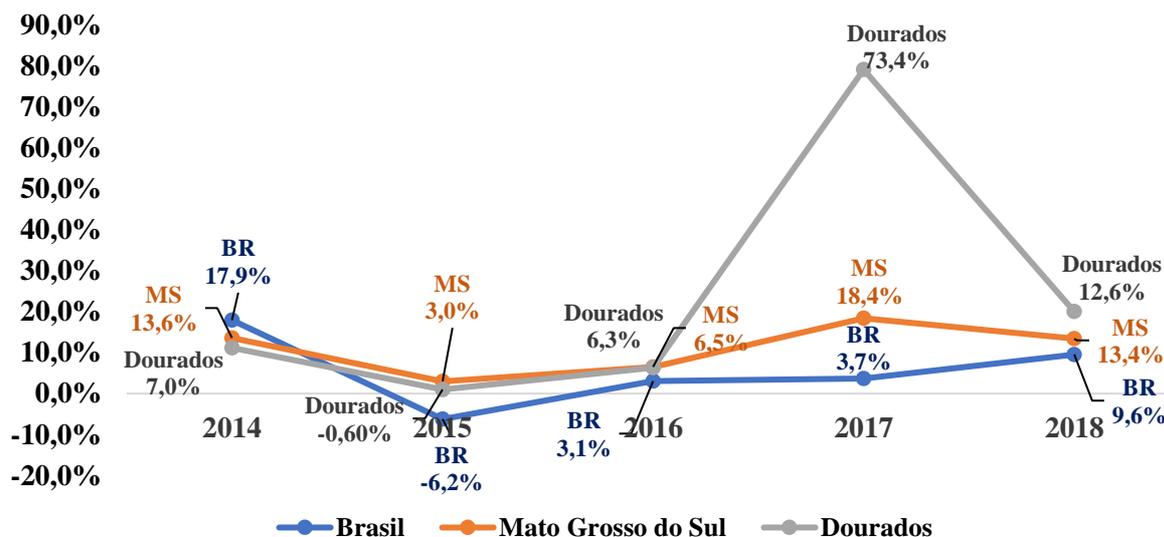
Fonte: Adaptado de BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN, 2018.

Em 2017 e 2018 é notável o aumento do crédito total adquirido, devido à redução dos juros e o aumento dos valores disponibilizados para a finalidade de aquisição de crédito rural

que ocorreram no período (BACEN, 2018). Em 2013, a participação do município de Dourados com relação ao estado de Mato Grosso do Sul era 4,67%, em 2018 a participação aumentou para 7,25%. No âmbito nacional, Dourados aumentou sua representatividade no uso do crédito rural, de 0,24% em 2013 para 0,42% em 2018.

No Brasil, a taxa média de crescimento entre 2016 e 2018 foi de 5,40%, no MS 10,20% e em Dourados 31,80%. No Gráfico 4 é possível verificar o crescimento geral do crédito rural nas três modalidades, bem como o aumento expressivo em Dourados no ano de 2017.

**Gráfico 4** – Taxa de Crescimento do Crédito Rural Agrícola Total – Brasil (BR), Mato Grosso do Sul (MS) e Dourados - em % (2014-2018)

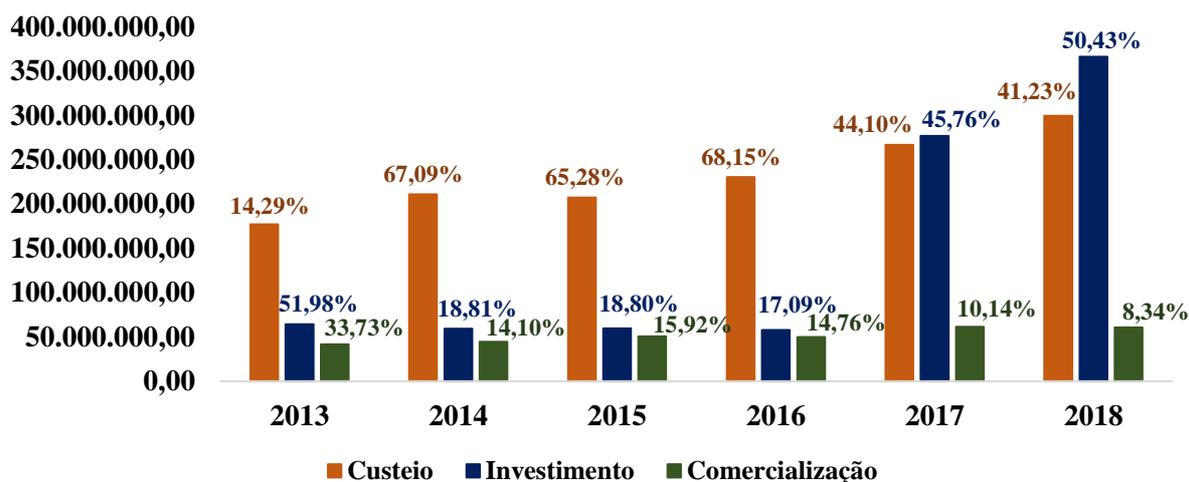


Fonte: Adaptado de BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN, 2018.

Para Fossá e Mattei (2017) apesar do avanço do crédito rural brasileiro nos últimos anos e de sua institucionalização como política pública de governo, os recursos acabaram sendo concentrados em propriedades de médio e grande porte, mesmo com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) sendo específico para pequenas propriedades de cunho familiar. Tais aspectos denotam o direcionamento do crédito voltado para produção em grande escala, o que reforça o sistema de produção de *commodities* e acaba por fortalecendo grandes propriedades em detrimento dos pequenos produtores.

No Gráfico 5 é ilustrado um comparativo das três modalidades de crédito: Custeio, Investimento e Comercialização utilizados no município de Dourados. No período analisado (2013-2018) do total de valores contratados, o *Crédito para Custeio* foi o mais utilizado, representando 53,86%, seguido do *Crédito para Investimento* que representou 34,21% e do *Crédito para Comercialização* 11,93%. O *Crédito para Investimento* aumentou significativamente nos últimos dois anos (2017-2018) com taxa média de crescimento de 379,71% de 2016 para o ano de 2017.

Evidencia-se que os *Créditos para Investimentos* agrícolas superaram os *Créditos para Custeio* a partir do ano de 2017. Tais efeitos podem ser explicados pelo Plano Agrícola e Pecuário (BRASIL, 2015) que aumentou em 20% a disponibilidade de crédito rural para o produtor rural, com a finalidade de direcionar recursos para investimentos, considerando a necessidade de melhorar os ganhos de produtividade, competitividade, emprego e renda no setor agropecuário.

**Gráfico 5** – Crédito Agrícola por Categoria – Dourados, em R\$ e por participação (2013-2018)

Fonte: Adaptado de BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN, 2018.

Mello (2016) destaca que geralmente a taxa de crescimento do uso de *Crédito para Comercialização* e do *Crédito para Investimento* tendem a ser menor que o uso de *Crédito para Custeio*, (como pode ser observado entre os anos de 2013-2016 pelo Gráfico 5), o que pode ser explicado devido o investimento ser utilizado para bens duráveis. Nesse sentido, o que se percebe em Dourados é um possível novo ciclo de investimentos em bens duráveis no setor agrícola, no entanto, sugere-se novos estudos para identificar o incremento de máquinas, implementos, como também da produtividade no município para os próximos anos.

No estudo de Guimarães (2014), foi constatado os efeitos do crédito agrícola no Brasil, considerando os programas de financiamento de crédito rural na produtividade. Em sua análise, foi identificada que existe um efeito relevante das linhas de crédito em relação à produtividade, de forma que aumentando 100% o crédito total, haveria uma elevação de 8,84% na produtividade agrícola do Brasil.

Ocner Filho (2017) também cita em seu estudo, que para cada aumento dos valores de crédito disponibilizados, houve aumento na produtividade agrícola e, no geral, o crédito rural representou cerca de 89,00% da variação da produção de grãos. Além disso, o autor considerou indispensável o crédito rural para o progresso do setor e ressaltou a importância dos financiamentos para o crescimento da economia.

Outro fator a ser considerado frente aos resultados expostos, é a participação do agronegócio no PIB brasileiro nesse período analisado. Apesar do período de retração econômica que ocorreu de 2014 para 2015, enquanto o PIB total sofreu retração de (-3,50%) no ano de 2015, o agronegócio cresceu 3,94%. Um resultado significativo quando comparado aos outros setores da economia que sofreram queda no mesmo período. O PIB do agronegócio é reflexo do crescimento dos segmentos agrícola e pecuário. Em 2019 o agronegócio manteve importante avanço, enquanto o PIB total apresentou crescimento de 1,1%, o PIB do agronegócio obteve 3,81% (IBGE, 2018).

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), existem expectativas positivas para o ano de 2020, pois o Governo reservou R\$ 225,59 bilhões para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) e liberou mais verbas para subvenção do crédito para os pequenos produtores inserindo-os no Plano Safra para construção ou reforma de suas casas. Os médios produtores também serão beneficiados com aumento de 32,00% nas verbas de custeio e investimento, com taxas compatíveis com o seu negócio.

Dado o perfil de produção agrícola e pecuária do estado de Mato Grosso do Sul e do município de Dourados, é importante observar que a disponibilidade de crédito rural para os

agricultores, sejam de pequeno, médio ou grande porte, é essencial para melhorar a produtividade e o crescimento econômico. Tanto investimento, custeio e comercialização se tornam importantes para que o acesso ao crédito viabilize novas perspectivas e novos meios produtivos para o município.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar a trajetória da política do crédito rural no Brasil, a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, garantiu que a agricultura brasileira tivesse acesso ao crédito de maneira contínua e amparada institucionalmente. Com base nos dados expostos, foi possível verificar que o crédito rural é um importante instrumento para estimular a produção agrícola no município de Dourados, além de servir como instrumento para incentivar o aumento do emprego e da renda no meio rural, também pode gerar maiores oportunidades de desenvolvimento do agronegócio de sua região.

A partir da regulamentação da SNCR e pelas normas e políticas de crédito estabelecidas no Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, as principais linhas de crédito estudadas neste trabalho foram: *Crédito para Custeio*, *Crédito para Investimento* e *Crédito para Comercialização*. Tais modalidades de crédito contribuem para que o produtor ou cooperativa possa arcar com os custos da produção, investir na melhoria ou aquisição de maquinários, além viabilizar o escoamento da produção.

Os dados apontam que o crédito rural agrícola apresentou uma retração juntamente com a economia geral do Brasil no período de 2015, mas nos anos de 2017 e 2018 voltou a crescer significativamente. Também se constatou que Mato Grosso do Sul corresponde a 3,20% do montante de crédito adquirido no período e que Dourados, por sua vez, representa 8% do valor total no estado. Os dados também apontam que nos anos de 2016 para 2017, Dourados teve um aumento de 379,71% na aquisição de *Crédito para Investimento*, o que direciona o município a um ciclo de investimentos que amplia a necessidade de estudos específicos sobre o impactos de investimentos que podem contribuir com a produtividade agrícola nos próximos anos.

Este trabalho analisou o crédito rural de forma limitada, com especificações para o setor agrícola e somente para as três modalidades de crédito rural (Investimento, Custeio e Comercialização). Assim, espera-se que o mesmo possa induzir pesquisas com estudos específicos de produtos agrícolas ou de políticas de crédito que possam compreender as particularidades que este estudo se limitou.

## REFERÊNCIAS

- APROSOJA. **Plantio é concluído e produtor espera safra recorde de soja**. 2017. Disponível em: <http://sistemafamasul.com.br/desataque-home-aprosojams-pequeno/plantio-e-concluido-e-produtor-espera-safra-recorde-de-soja/>. Acesso em: 2 jul. 2018.
- ARBAGE, A. P. **Fundamentos de economia rural**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.
- BACHA, C. J. C.; DANELON, L.; DEL BEL FILHO, E. Evolução da taxa de juros do crédito rural no Brasil: período de 1985 a 2003. **Teoria e evidencia econômica**, Passo Fundo, v. 12, n. 26, p. 43-69, maio 2006.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Manual do Crédito Rural MCR**. Disponível em: <http://www3.bcb.gov.br/mcr/completo>. Acesso em: 5 jun. 2018.
- BATALHA, M. O. (coord.). **Gestão agroindustrial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015**. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2014-2015.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA. **PIB-AGRO/CEPEA: PIB do agronegócio encerra 2019 com alta de 3,81%**. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-pib-do-agronegocio-encerra-2019-com-alta-de-3-81.aspx>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CORRÊA, A. S. **Transformações na estrutura produtiva em Mato Grosso do Sul: um estudo sobre a agricultura canavieira no Município de Dourados-MS**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

FAGUNDES, T. T. **Evolução do crédito rural no Rio Grande do Sul: análise geral e setorial entre 2006 a 2016**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2017. Disponível em: <http://dspace.unipampa.edu.br:8080/jspui/handle/rii/2085>. Acesso em: 1 jun. 2018.

GUIMARÃES, R. T. **Crédito agrícola no Brasil: análise dos efeitos dos programas de financiamentos na produtividade**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios>. Acesso em: 8 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativa de população EstimaPop**. 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas>. Acesso em: 8 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal PAM**. 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612#resultado>. Acesso em: 10 nov. 2019.

LOPES, D.; LOWERY, S.; PEROBA, T. L. C. Crédito rural no Brasil: desafios e oportunidades para a promoção da agropecuária sustentável. **Revista do BNDES**, Brasília, DF, n. 45, p. 155-196, jun. 2016. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/9518>. Acesso em: 10 fev. 2019.

MACHADO, E. P. **Análise do crédito rural e PIB agropecuário de Mato Grosso do Sul entre 1999 e 2013**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/683>. Acesso em: 7 jun. 2018.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar – SEMAGRO. **Produto Interno Bruto Estadual: 2010 - 2016**. Campo Grande: Semeagro, 2018. Disponível em <http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/PIB-MS2010-2016.pdf>. Acesso em: 8 out. 2020.

MATTEI, L. F.; FOSSÁ, J. L. A evolução do crédito rural no estado de Santa Catarina entre 2007 e 2016. **Revista Grifos**, Chapecó, n. 43, 2017.

MELLO, C. R. **O impacto do crédito rural sobre a produtividade**: uma análise para os municípios brasileiros. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10923/8856>. Acesso em: 28 jun. 2018.

OCNER FILHO, V. O papel do crédito rural frente ao crescimento econômico do Brasil. **Revista pensamento e realidade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 16-31, 2017.

OLIVEIRA, J. J. **O impacto da crise fiscal brasileira dos anos 80 no crédito rural**: mecanismos e instrumentos alternativos de financiamento agrícola. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/5201?show=full>. Acesso em: 5 jun. 2019.

OLIVEIRA, S. V.; OLIVEIRA, L. B.; PAULI, R. I. P. Disponibilidade e acesso ao crédito rural: a percepção dos produtores rurais do município de São Pedro das Missões (RS). **Revista Sinergia**, Rio Grande, v. 22, n. 1, p. 51-63, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/sinergia/article/download/7748/5283>. Acesso em: 10 maio 2020.

RAMOS, S. Y.; MARTHA JUNIOR, G. B. Evolução da política de crédito rural brasileira. **Documentos**, Planaltina, n. 292, maio 2010. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/77790/1/doc-292.pdf>. Acesso em: 8 out. 2020.